© European Union 2025

COMISSÃO EUROPEIA

- Um/a comissário/a por cada país da UE
- Propõe legislação e verifica a sua aplicação
- Representa a UE

© European Union 2017

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

- Um(a) ministro(a) por cada Estado-Membro
- Órgão de decisão
- Representa os Estados-Membros

© European Union 2017

PARLAMENTO EUROPEU

- 720 eurodeputados
- Órgão de decisão
- Representa os cidadãos da UE

4

FICHA DE TRABALHO

NA PELE DE UM DEPUTADO DO PE

Processo

A partir deste momento, vão estar na pele de um deputado do Parlamento Europeu. Foram eleitos para o Parlamento Europeu diretamente pelos cidadãos da União Europeia que contam convosco para alterar (=mudar), aprovar ou rejeitar propostas legislativas.

Sobre o tabuleiro de jogo estão cartões com o lado em branco virado para cima. Os cartões ou mostram um número ou um símbolo. Comecem pelo cartão 1: um membro do grupo vira-o e lê em voz alta o que está escrito no verso. A seguir, o grupo executa as tarefas.

Depois de concluírem as tarefas indicadas no cartão 1, vão passando por ordem aos cartões 2, 3 e 4. Respeitem o tempo de duração indicado no cartão. Usem esta ficha de trabalho para tomar notas.

Alterações propostas pelo Conselho da União Europeia

Aponta sucintamente no espaço abaixo as modificações (alterações) propostas (cartão 2).

Alterações do Parlamento Europeu

Aponta sucintamente no espaço abaixo as tuas modificações (alterações) à proposta legislativa da Comissão Europeia. Esta é a vossa nova legislação. É aconselhável tomar em consideração, quer as alterações propostas pelo Conselho (no cartão 2) quer a informação prestada por várias partes interessadas (cartão 3).

Lista dos argumentos/razões pelos quais, na qualidade de deputados do PE, creem que a legislação que acabaram de elaborar constitui a melhor solução (cartão 4).

1.

2.

3.

1. PROPOSTA LEGISLATIVA DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE UM EXÉRCITO DA UE?

Para aumentar o poder da UE no mundo, a Comissão Europeia propõe...

Artigo 1.º: ... A criação de um exército europeu.

Artigo 2.º: ... Que as armas para o exército europeu sejam adquiridas conjuntamente pelos países da UE.

Declaração de exoneração de responsabilidade: nem a forma, nem o conteúdo deste exercício oferecem uma representação completa e correta da realidade, nem representam os verdadeiros pontos de vista do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do Conselho da União Europeia ou dos grupos de pressão. O objetivo desta simulação é exclusivamente pedagógico, sendo essa a única e verdadeira base em que assentam algumas das escolhas efetuadas.

2. PROPOSTA LEGISLATIVA DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE DEMOCRACIA EUROPEIA

A fim de melhorar a participação dos cidadãos da União Europeia, a Comissão Europeia propõe...

Artigo 1.º: ... Que, para as eleições para o Parlamento Europeu, todos os países da UE introduzam a idade mínima de voto de 16 anos. Desta forma, as opiniões dos jovens europeus serão mais bem refletidas através dos seus representantes no Parlamento Europeu.

Artigo 2.º: ... Que uma «Assembleia de Cidadãos Europeus», composta por cidadãos selecionados de forma aleatória e renovada a cada vez, dê o seu contributo sobre toda a legislação recém elaborada. A Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia devem ter em conta o contributo da Assembleia de Cidadãos Europeus nas suas decisões.

Declaração de exoneração de responsabilidade: nem a forma, nem o conteúdo deste exercício oferecem uma representação completa e correta da realidade, nem representam os verdadeiros pontos de vista do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do Conselho da União Europeia ou dos grupos de pressão. O objetivo desta simulação é exclusivamente pedagógico, sendo essa a única e verdadeira base em que assentam algumas das escolhas efetuadas.

3. PROPOSTA LEGISLATIVA DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE MODA SUSTENTÁVEL

Ao sensibilizarem os consumidores, os cidadãos podem desempenhar um papel importante para tornar a indústria têxtil da UE mais sustentável, circular e competitiva, bem como para limitar a moda rápida na UE. A Comissão Europeia propõe...

Artigo 1.º: ... Que a UE introduza um rótulo ambiental de «pontuação ecológica» para o vestuário e os têxteis vendidos no mercado da UE. A pontuação ecológica fornece informações aos consumidores sobre a pegada ambiental do produto. Os critérios exatos para o cálculo da pontuação ecológica serão definidos durante o processo legislativo. Entre os possíveis elementos figuram:

- Número de coleções por ano
- Velocidade de produção
- Durabilidade e duração de vida do produto
- Reciclabilidade
- Emissões de gases com efeito de estufa
- Utilização de água e energia
- Distância de transporte

Artigo 2.º: ... Que, para reduzir o impacto ambiental da moda rápida, a UE limite progressivamente a colocação no mercado de produtos têxteis que não cumpram critérios mínimos de sustentabilidade.

A definição e os critérios exatos são determinados durante o processo legislativo. São alinhados com os critérios de pontuação ecológica estabelecidos no artigo 1.º e têm igualmente em conta a relação entre o nível de preço e a qualidade.

A pontuação ecológica elaborada nos termos do artigo 1.º servirá de base para identificar os produtos de moda rápida que devem ser objeto de restrições.

A Comissão propõe a introdução gradual destas restrições, tendo em vista a sua plena aplicação até 2030.

Declaração de exoneração de responsabilidade: nem a forma, nem o conteúdo deste exercício oferecem uma representação completa e correta da realidade, nem representam os verdadeiros pontos de vista do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do Conselho da União Europeia ou dos grupos de pressão. O objetivo desta simulação é exclusivamente pedagógico, sendo essa a única e verdadeira base em que assentam algumas das escolhas efetuadas.

4. PROPOSTA LEGISLATIVA DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A fim de assegurar que a inteligência artificial (IA) na UE é simultaneamente fiável e competitiva, a Comissão Europeia propõe...

Artigo 1.º: ... Que os utilizadores sejam claramente informados de que não estão a interagir com um ser humano quando estão a interagir com um robô de IA.

Artigo 2.º: ... Que as empresas que desenvolvem IA para os cuidados de saúde, a banca ou a segurança nacional (por exemplo, vigilância) obedeçam a regras rigorosas. Devem documentar a forma como os seus sistemas funcionam, testá-los exaustivamente para garantir a sua segurança e contar com supervisão humana em todas as fases.

Declaração de exoneração de responsabilidade: nem a forma, nem o conteúdo deste exercício oferecem uma representação completa e correta da realidade, nem representam os verdadeiros pontos de vista do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia, do Conselho da União Europeia ou dos grupos de pressão. O objetivo desta simulação é exclusivamente pedagógico, sendo essa a única e verdadeira base em que assentam algumas das escolhas efetuadas.

TEMA 1: UM EXÉRCITO DA UE?

COMISSÃO EUROPEIA

1. Leiam a proposta legislativa da Comissão Europeia. (2 min)
2. Discutam brevemente a proposta no grupo: o que está em causa? Se necessário, peçam mais informações ao/à professor/a. (2 min)
3. Cada membro do grupo tira um momento para ponderar se concorda com a proposta. A seguir, cada um expõe o seu ponto de vista aos outros membros do grupo.

FACTOS E NÚMEROS

- Os países da UE cooperam em matéria de política de segurança e defesa, por exemplo no desenvolvimento de novas armas. No entanto, cada país da UE tem a última palavra sobre os seus próprios assuntos de defesa.
- A indústria da defesa é um empregador importante em alguns países da UE. No total, quase 600 000 pessoas trabalham na indústria da defesa na UE (Associação das Indústrias Aeroespaciais, de Segurança e Defesa da Europa, 2024).
- O risco de guerra aumentou nos países da UE desde a guerra de agressão russa contra a Ucrânia. As despesas com a defesa dos países da UE aumentaram mais de 30 % entre 2021 e 2024 (Agência Europeia de Defesa, 2024).

ASSOCIAÇÃO DOS CONTRIBUINTES EUROPEUS

Os países da UE devem trabalhar em conjunto na defesa da UE num momento de crescente conflito internacional. No entanto, a defesa é dispendiosa e não deve ser feita em detrimento de outros investimentos necessários. Trabalhando em conjunto num exército europeu, os países da UE podem otimizar os seus gastos.

GRUPO DE REFLEXÃO INDEPENDENTE

A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a menor fiabilidade da parceria com os Estados Unidos da América estão a gerar novos desafios para a defesa e a segurança dos países da UE.

Por conseguinte, os países da União Europeia devem unir forças para poderem defender-se e desempenhar um papel importante no mundo a nível militar. Os países da UE devem coordenar a aquisição de material militar, a fim de evitar gastos ineficientes.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

O Conselho da UE recorda à Comissão Europeia que os países da UE decidem de forma independente a sua política externa e de defesa. Como tal, o Conselho propõe as seguintes modificações:

ADITAMENTO AO ARTIGO 1.º: Este exército europeu coexiste com os exércitos nacionais e não os substitui.

ADITAMENTO AO ARTIGO 2.º: Cada país da UE decide de forma independente se pretende participar na aquisição conjunta de armas.

Anotem estas modificações (chamadas de «alterações») na ficha de trabalho. (3 minutos)

PARLAMENTO EUROPEU

Agora é a vossa vez. Como eurodeputados, têm de alterar a proposta legislativa no sentido que considerem ser o que melhor serve os interesses dos cidadãos da UE. MAS: devem ter em conta a opinião do Conselho (cartão 2), assim como a proposta legislativa original da Comissão Europeia. Utilizem também as informações das partes interessadas.

Sigam estes passos:

1. Virem os cartões das partes interessadas, um de cada vez, e leiam-nos em voz alta (cada membro do grupo lê o seu, à vez). São os cartões que têm um símbolo no canto. Continuem até terem lido todos os cartões. (8 min)
2. Pousem os cartões na mesa, com o texto virado para cima, para que todos os membros do grupo vejam a informação.
3. Discutam a proposta legislativa original no vosso grupo, percorrendo todos os artigos. Comecem pelo artigo 1.º: quem concorda e quem discorda? Usem a informação das partes interessadas na vossa argumentação. Façam o mesmo para os outros artigos. (10 min)
4. Criem uma versão adaptada da legislação, que reúna o consenso de todos os membros do grupo. Podem mudar o teor dos artigos, suprimi-los ou adicionar novos artigos. Copiem a vossa legislação nova/adaptada para a ficha de trabalho. (6 min)

REDE DE ORGANIZAÇÕES PELA PAZ

Na Líbia e no Afeganistão, a situação deteriorou se após a intervenção militar. Os conflitos não se resolvem com armas. Queremos que a UE se abstenha de investir num exército europeu, pois isso poderia ser interpretado como um sinal de escalada. Este dinheiro pode ser muito mais bem gasto em serviços sociais ou investido na economia.

INDÚSTRIA DA DEFESA

Somos a favor de um novo exército europeu, que coexista com os exércitos nacionais. A segurança da União Europeia deve prevalecer. A UE deve desenvolver urgentemente a sua própria política de defesa, em vez de depender da ajuda dos Estados Unidos.

Pedimos ao Parlamento Europeu que preveja um orçamento extraordinário para o desenvolvimento de tal exército. Trata-se do nosso interesse comum.

Acabaram de criar a vossa própria legislação adaptada.

Agora têm de obter apoio de todo o Parlamento Europeu. Preparem uma breve apresentação da vossa legislação para os outros deputados (os vossos colegas). Usem a ficha de trabalho e procedam da seguinte maneira: (5 min)

1. Peguem na proposta legislativa original da Comissão Europeia e leiam-na em voz alta.
2. Digam aos vossos colegas quais foram as alterações propostas pelo Conselho.
3. Leiam a vossa nova legislação em voz alta.
4. Indiquem dois ou três argumentos pelos quais consideram que se trata de uma boa medida para os cidadãos da UE. Preparem-nos previamente e escrevam-nos na ficha de trabalho.

TEMA 2: DEMOCRACIA EUROPEIA

COMISSÃO EUROPEIA

1

1. Leiam a proposta legislativa da Comissão Europeia. (2 min)
2. Discutam brevemente a proposta no grupo: o que está em causa? Se necessário, peçam mais informações ao/à professor/a. (2 min)
3. Cada membro do grupo tira um momento para ponderar se concorda com a proposta. A seguir, cada um expõe o seu ponto de vista aos outros membros do grupo.

FACTOS E NÚMEROS

- A taxa de participação eleitoral global nas eleições europeias de 2024 foi de 50,7 % (Parlamento Europeu, 2024).
- Apenas a Áustria, a Bélgica, a Alemanha e Malta têm a idade mínima de voto de 16 anos. Na Grécia, a idade mínima de voto é de 17 anos (Parlamento Europeu, 2024).
- O relatório sobre os resultados definitivos da Conferência sobre o Futuro da Europa, em maio de 2022, revelou que 70 % dos europeus esperam participar de forma mais regular e significativa no processo de tomada de decisão da UE (Conferência sobre o Futuro da Europa, 2022).

INICIATIVA DE JOVENS CIDADÃOS

Os jovens que não podem votar são frequentemente ignorados nos processos de tomada de decisão. Muitas vezes, os políticos não entendem as necessidades e os desejos dos jovens, mas são precisamente os jovens que veem os efeitos da legislação ao longo da sua vida. A redução da idade de voto para os 16 anos é uma necessidade absoluta para restabelecer a confiança na democracia e contar com a participação ativa de mais jovens.

GRUPO DE REFLEXÃO INDEPENDENTE

Os cidadãos comuns não são peritos. Por que razão as instituições lhes conferem um papel tão importante? Em vez de uma Assembleia de Cidadãos Europeus, o nosso grupo de reflexão recomenda a seleção de peritos, provenientes da indústria, do mundo académico e das organizações da sociedade civil.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

2

O Conselho apoia uma maior participação dos cidadãos nos assuntos da UE. Realça, no entanto, que são os países da UE que decidem sobre a idade de voto. Reclama as seguintes alterações:

ARTIGO 1.º A Comissão Europeia pode apenas encorajar os países da UE a introduzirem a idade mínima de voto de 16 anos. Compete aos países da UE tomar a decisão final.

ADITAMENTO AO ARTIGO 2.º «Esta assembleia pode apenas emitir pareceres e não dispõe de outros poderes.»

Anotem estas modificações (chamadas de «alterações») na ficha de trabalho. (3 minutos)

PARLAMENTO EUROPEU

3

Agora é a vossa vez. Como eurodeputados, têm de alterar a proposta legislativa no sentido que considerem ser o que melhor serve os interesses dos cidadãos da UE. MAS: devem ter em conta a opinião do Conselho (cartão 2), assim como a proposta legislativa original da Comissão Europeia. Utilizem também as informações das partes interessadas.

Sigam estes passos:

1. Virem os cartões das partes interessadas, um de cada vez, e leiam-nos em voz alta (cada membro do grupo lê o seu, à vez). São os cartões que têm um símbolo no canto. Continuem até terem lido todos os cartões. (8 min)
2. Pousem os cartões na mesa, com o texto virado para cima, para que todos os membros do grupo vejam a informação.
3. Discutam a proposta legislativa original no vosso grupo, percorrendo todos os artigos. Comecem pelo artigo 1.º: quem concorda e quem discorda? Usem a informação das partes interessadas na vossa argumentação. Façam o mesmo para os outros artigos. (10 min)
4. Criem uma versão adaptada da legislação, que reúna o consenso de todos os membros do grupo. Podem mudar o teor dos artigos, suprimi-los ou adicionar novos artigos. Copiem a vossa legislação nova/adaptada para a ficha de trabalho. (6 min)

A ASSOCIAÇÃO POLÍTICA EUROPEIA

Os europeus querem uma voz mais ativa no funcionamento da UE. Somos muito favoráveis à segunda parte da presente proposta, em especial no que se refere à seleção aleatória de cidadãos. Desta forma, não faz sentido fazer promessas para ganhar um lugar nesta assembleia. Isto garante igualmente o envolvimento dos «cidadãos comuns» na elaboração das políticas europeias. Tal é importante porque a maioria dos atuais instrumentos participativos visam, principalmente, interesses organizados/profissionais ou peritos num determinado domínio.

GRUPO DE REFLEXÃO PELA DEMOCRACIA EUROPEIA

Somos a favor da redução, para os 16 anos, da idade mínima de voto nas eleições europeias. Desta forma, os resultados das eleições irão refletir a opinião de todos os cidadãos, incluindo os jovens. Isto é importante, porque estudos demonstraram que são, sobretudo, as gerações mais velhas que votam, o que pode distorcer os resultados das eleições.

4

Acabaram de criar a vossa própria legislação adaptada.

Agora têm de obter apoio de todo o Parlamento Europeu. Preparem uma breve apresentação da vossa legislação para os outros deputados (os vossos colegas). Usem a ficha de trabalho e procedam da seguinte maneira: (5 min)

1. Peguem na proposta legislativa original da Comissão Europeia e leiam-na em voz alta.
2. Digam aos vossos colegas quais foram as alterações propostas pelo Conselho.
3. Leiam a vossa nova legislação em voz alta.
4. Indiquem dois ou três argumentos pelos quais consideram que se trata de uma boa medida para os cidadãos da UE. Preparem-nos previamente e escrevam-nos na ficha de trabalho.

TEMA 3: MODA SUSTENTÁVEL

COMISSÃO EUROPEIA

1. Leiam a proposta legislativa da Comissão Europeia. (2 min)
2. Discutam brevemente a proposta no grupo: o que está em causa? Se necessário, peçam mais informações ao/à professor/a. (2 min)
3. Cada membro do grupo tira um momento para ponderar se concorda com a proposta. A seguir, cada um expõe o seu ponto de vista aos outros membros do grupo.

FACTOS E NÚMEROS

- Do total de resíduos da UE 20 % são plásticos (Eurostat, 2022).
- Mais de 70 % do vestuário é feito de fibras sintéticas, que são tipos de plástico (Agência Europeia do Ambiente, 2017). Apenas 1 % dos materiais do vestuário são reciclados para novas peças de roupa (EMF, 2017).
- Em média, cada pessoa deita fora 11 kg de têxteis (roupa) por ano. Três quartos das roupas descartadas acabam em aterros sanitários ou no oceano, são queimadas ou despejadas ilegalmente, o que equivale a cerca de um camião cheio a cada segundo em todo o mundo (Agência de Execução Europeia da Investigação, 2024).

COLETIVO PARA A REVALORIZAÇÃO

Apoiamos plenamente os esforços da UE para reduzir os resíduos têxteis, introduzir o rótulo de pontuação ecológica e limitar a moda rápida. O nosso trabalho de reparação, aluguer e revenda ajuda a prolongar a vida útil do vestuário e a reduzir os resíduos. Solicitamos um forte apoio aos modelos de negócio circulares e apelamos a regras claras em matéria de pontuação ecológica que recompensem a durabilidade e a longevidade. Os pontos de recolha de fácil utilização são também fundamentais para aumentar a reciclagem de têxteis e reduzir os resíduos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES

Apoiamos a redução dos resíduos têxteis e vemos a pontuação ecológica como uma oportunidade para tornar a produção mais responsável. A pontuação ecológica deve também avaliar se os salários são justos, se os locais de trabalho são seguros e se existe participação dos trabalhadores. No entanto, se não forem corretamente geridas, regras mais rigorosas e proibições da moda rápida poderão pôr em risco postos de trabalho, especialmente nos países mais pobres. As normas sociais e ambientais devem ser indissociáveis, para assegurar uma transição justa. Os trabalhadores devem participar nas decisões que os afetam.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

O Conselho da União Europeia não concorda inteiramente com a proposta da Comissão. Gostaria de introduzir as seguintes alterações:

ADITAMENTO AO ARTIGO 1.º: Os países da UE querem proteger o pequeno comércio e o comércio local de encargos excessivos, pelo que solicitam o aditamento desta frase ao artigo 1.º: «A obrigação de exibir a pontuação ecológica deve aplicar se apenas às grandes empresas.»

ARTIGO 2.º: Em vez de proibirem a moda rápida até 2030, os países da UE querem alcançar este objetivo por etapas. A proibição total só deverá entrar em vigor em 2050.

Anotem estas modificações (chamadas de «alterações») na ficha de trabalho. (3 minutos)

PARLAMENTO EUROPEU

Agora é a vossa vez. Como eurodeputados, têm de alterar a proposta legislativa no sentido que considerem ser o que melhor serve os interesses dos cidadãos da UE. MAS: devem ter em conta a opinião do Conselho (cartão 2), assim como a proposta legislativa original da Comissão Europeia. Utilizem também as informações das partes interessadas.

Sigam estes passos:

1. Virem os cartões das partes interessadas, um de cada vez, e leiam-nos em voz alta (cada membro do grupo lê o seu, à vez). São os cartões que têm um símbolo no canto. Continuem até terem lido todos os cartões. (8 min)
2. Pousem os cartões na mesa, com o texto virado para cima, para que todos os membros do grupo vejam a informação.
3. Discutam a proposta legislativa original no vosso grupo, percorrendo todos os artigos. Comecem pelo artigo 1.º: quem concorda e quem discorda? Usem a informação das partes interessadas na vossa argumentação. Façam o mesmo para os outros artigos. (10 min)
4. Criem uma versão adaptada da legislação, que reúna o consenso de todos os membros do grupo. Podem mudar o teor dos artigos, suprimi-los ou adicionar novos artigos. Copiem a vossa legislação nova/adaptada para a ficha de trabalho. (6 min)

MOVIMENTO CONTRA A MODA RÁPIDA

A moda rápida está fora de moda! Apoiamos firmemente o plano da UE de reduzir os resíduos têxteis, introduzir um sistema de pontuação ecológica e limitar a moda rápida até 2030. A roupa barata e de curta duração proveniente da moda rápida contribui para o consumo excessivo, os danos ambientais e as más condições de trabalho. A indústria deve assumir a responsabilidade, e os consumidores devem escolher a qualidade em detrimento da quantidade. Estas novas regras são urgentemente necessárias para proteger as pessoas e o planeta.

INDÚSTRIA DA MODA RÁPIDA

Compreendemos a importância de proteger o ambiente e de investir na reciclagem e em soluções circulares. No entanto, chamar os nossos produtos de «moda rápida» induz em erro. Propomos moda a preços acessíveis, o que dá resposta à procura dos consumidores. As pontuações ecológicas obrigatórias são difíceis de implementar, porque o vestuário é fabricado em muitos países, com muitos materiais e fornecedores. Uma simples pontuação pode dar uma imagem enganosa. Proibições rigorosas até 2030 poderão reduzir a escolha, aumentar os preços e pôr em risco postos de trabalho. Preferimos melhorias voluntárias, inovação e prazos flexíveis.

Acabaram de criar a vossa própria legislação adaptada.

Agora têm de obter apoio de todo o Parlamento Europeu. Preparem uma breve apresentação da vossa legislação para os outros deputados (os vossos colegas). Usem a ficha de trabalho e procedam da seguinte maneira: (5 min)

1. Peguem na proposta legislativa original da Comissão Europeia e leiam-na em voz alta.
2. Digam aos vossos colegas quais foram as alterações propostas pelo Conselho.
3. Leiam a vossa nova legislação em voz alta.
4. Indiquem dois ou três argumentos pelos quais consideram que se trata de uma boa medida para os cidadãos da UE. Preparem-nos previamente e escrevam-nos na ficha de trabalho.

TEMA 4: REGULAMENTO IA

COMISSÃO EUROPEIA

1

1. Leiam a proposta legislativa da Comissão Europeia. (2 min)
2. Discutam brevemente a proposta no grupo: o que está em causa? Se necessário, peçam mais informações ao/à professor/a. (2 min)
3. Cada membro do grupo tira um momento para ponderar se concorda com a proposta. A seguir, cada um expõe o seu ponto de vista aos outros membros do grupo.

FACTOS E NÚMEROS

- A inteligência artificial (IA) é provavelmente a tecnologia que mais marcou a última década e que marcará também a próxima. Tem potencial para alterar a maioria dos domínios da vida quotidiana.
- A maioria dos europeus acredita que a IA tem um impacto positivo nos empregos, na economia, na sociedade e na qualidade de vida (Eurobarómetro, 2025).
- 84 % dos europeus consideram que a IA requer uma gestão cuidadosa para proteger a privacidade e garantir a transparência no local de trabalho (Eurobarómetro, 2025).

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS DIGITAIS

A IA já está a influenciar quem obtém um emprego ou um empréstimo, ou quem é considerado suspeito pela polícia — muitas vezes sem nos darmos conta. Solicitamos que todas as ferramentas de IA, e não apenas as que interagem diretamente com as pessoas, mencionem claramente «inteligência artificial em uso», para que as pessoas possam, em alternativa, optar por uma decisão humana. Defendemos igualmente uma documentação clara e transparente de todos os sistemas de IA, especialmente os que têm implicações para a segurança nacional. Se dispomos de software de vigilância, devemos velar por que seja conforme e seguro para todos.

COLIGAÇÃO DIGITAL DA JUVENTUDE EUROPEIA

Os jovens viverão com as consequências da IA durante muito mais tempo do que os decisores de hoje. Solicitamos a adoção de regras rigorosas e de zonas de teste seguras em que estudantes e jovens criadores possam testar com segurança os seus projetos de IA sob supervisão. Devemos também integrar a aprendizagem sobre IA, os seus desafios e oportunidades na vida quotidiana, seja através de programas escolares ou de campanhas de informação governamentais. Só cidadãos informados podem formar uma opinião bem fundamentada sobre um assunto que os afeta tão profundamente.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

2

A posição comum do Conselho visa melhorar o projeto da Comissão, tentando conjugar salvaguardas rigorosas com a viabilidade técnica e o apoio à inovação:

ARTIGO 2.º: Os países da UE não querem incluir na legislação a IA utilizada para fins de segurança nacional. Em assuntos de segurança nacional, é perigoso documentar o funcionamento dos sistemas de IA, uma vez que tal expõe os sistemas ao risco de espionagem e sabotagem.

ADITAMENTO AO ARTIGO 3.º: Para apoiar a inovação, os países da UE devem criar zonas de teste especiais onde os novos sistemas de IA possam ser testados de forma segura e sob supervisão.

Os países da UE apoiam as pequenas empresas e as empresas em fase de arranque que pretendam desenvolver sistemas de IA para dar aos utilizadores mais opções, em vez de dependerem apenas de grandes empresas estabelecidas.

Anotem estas modificações (chamadas de «alterações») na ficha de trabalho. (3 minutos)

PARLAMENTO EUROPEU

3

Agora é a vossa vez. Como eurodeputados, têm de alterar a proposta legislativa no sentido que considerem ser o que melhor serve os interesses dos cidadãos da UE. MAS: devem ter em conta a opinião do Conselho (cartão 2), assim como a proposta legislativa original da Comissão Europeia. Utilizem também as informações das partes interessadas.

Sigam estes passos:

1. Virem os cartões das partes interessadas, um de cada vez, e leiam-nos em voz alta (cada membro do grupo lê o seu, à vez). São os cartões que têm um símbolo no canto. Continuem até terem lido todos os cartões. (8 min)
2. Pousem os cartões na mesa, com o texto virado para cima, para que todos os membros do grupo vejam a informação.
3. Discutam a proposta legislativa original no vosso grupo, percorrendo todos os artigos. Comecem pelo artigo 1.º: quem concorda e quem discorda? Usem a informação das partes interessadas na vossa argumentação. Façam o mesmo para os outros artigos. (10 min)
4. Criem uma versão adaptada da legislação, que reúna o consenso de todos os membros do grupo. Podem mudar o teor dos artigos, suprimi-los ou adicionar novos artigos. Copiem a vossa legislação nova/adaptada para a ficha de trabalho. (6 min)

REDE EUROPEIA DE PEQUENAS EMPRESAS

Os nossos membros estão a criar ferramentas de IA para acompanhar as alterações climáticas, otimizar rotas de entrega e recomendar compras em lojas online. As regras propostas tornariam a construção de novos sistemas de IA muito mais dispendiosa e difícil. Tememos que as empresas mais pequenas e as novas empresas, em particular, não possam suportar este encargo. Propomos um «polo de inovação» acelerado, em que as empresas em fase de arranque possam obter ajuda prática e aconselhamento de peritos da UE em IA.

UNIÃO EUROPEIA DOS TRABALHADORES INDUSTRIAIS

A automatização e a IA são cada vez mais utilizadas na indústria, mas muitas vezes sem refletir suficientemente sobre o que tal significa para os direitos dos trabalhadores e a segurança do emprego. Exigimos que toda a nova legislação relativa à IA inclua consultas obrigatórias dos trabalhadores e avaliações do impacto nos trabalhadores. É igualmente importante que todos os trabalhadores sejam tratados de forma justa. Queremos que o artigo 1.º seja alterado de maneira que as empresas tenham de explicar como a sua utilização da IA pode influenciar o emprego e as condições de trabalho.

4

Acabaram de criar a vossa própria legislação adaptada.

Agora têm de obter apoio de todo o Parlamento Europeu. Preparem uma breve apresentação da vossa legislação para os outros deputados (os vossos colegas). Usem a ficha de trabalho e procedam da seguinte maneira: (5 min)

1. Peguem na proposta legislativa original da Comissão Europeia e leiam-na em voz alta.
2. Digam aos vossos colegas quais foram as alterações propostas pelo Conselho.
3. Leiam a vossa nova legislação em voz alta.
4. Indiquem dois ou três argumentos pelos quais consideram que se trata de uma boa medida para os cidadãos da UE. Preparem-nos previamente e escrevam-nos na ficha de trabalho.